

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcc@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 257/2018-PGJ, DE 19.1.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Procurador de Justiça Alexandre Lima Raslan para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 22 a 31.1.2018, em razão de férias do titular, Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 225/2018-PGJ, DE 19.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliane Cristina Gomes 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 21, 22 e 24.6.2015, a serem usufruídos no período de 8 a 10.10.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 255/2018-PGJ, DE 19.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
12ª	Marcos André Sant’Ana Cardoso	22 a 31.1.2018	Compensação	Rodrigo Cintra Franco
19ª	Gabriel da Costa Rodrigues Alves	13 a 24.1.2018	Licença	Gisleine Dal Bó
22ª	Allan Carlos Cobacho do Prado	16.1.2018	Compensação	Lia Paim Lima

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 258/2018-PGJ, DE 19.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça e Assessores Especiais Paulo César Zeni e Ricardo de Melo Alves, o Promotor de Justiça e Coordenador do CI, Antonio André David Medeiros, a Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação, Myrian Raquel Rodrigues da Silva, os servidores Gustavo Rocha Lobato, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, Paulo Augusto Arantes Vilela, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico em Desenvolvimento, e Marcela Diniz Borges de Pauli, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, sob a presidência do primeiro, para, sem prejuízo de suas

funções, comporem a *Comissão de Pesquisa e Inovação em Inteligência Artificial* no âmbito do Ministério Público Estadual.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 259/2018-PGJ, DE 19.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 16º Promotor de Justiça da comarca de Dourados, Ricardo Rotunno, para, sem prejuízo de suas funções, officiar nos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000728-4, em trâmite na 11ª Promotoria de Justiça da referida Comarca; e revogar a Portaria nº 3876/2017-PGJ, de 10.11.2017, que designou a Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa Lima para atuar no referido procedimento.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 264/2018-PGJ, DE 19.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Antenor Ferreira de Rezende Neto	6 e 7.9 e 18.10.2014	2, 3 e 4.5.2018
Douglas Silva Teixeira	31.8.2014	19.1.2018
Eduardo Jose Rizkallah	5, 8 e 9.11.2014	2, 3 e 4.5.2018
Juliana Pellegrino Vieira	14 e 15.10.2017	15 e 16.2.2018
Paulo Leonardo de Faria	15.3, 18 e 19.4.2015	28.2, 1º e 2.3.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 265/2018-PGJ, DE 19.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo Jose Rizkallah 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2014/2015, a serem usufruídos no período de 7 a 11.5.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 266/2018-PGJ, DE 19.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 19.1.2018, as férias do Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri, concedidas por meio da Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 268/2018-PGJ, DE 19.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 006/2018-PGJ, de 8.1.2018, publicada no DOMP nº 1649, de 9.1.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de janeiro de 2018:

na parte onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
20 e 21.1.2018	PJ de Anaurilândia	Allan Thiago Barbosa Arakaki	98121-7689
27 e 28.1.2018	1ª PJ de Nova Andradina	Alexandre Rosa Luz	99984-4982
REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI E PONTA PORÃ			
20 e 21.1.2018	1ª PJ de Amambai	Nara Mendes dos Santos Fernandes	98478-2060
27 e 28.1.2018	2ª PJ de Ponta Porã	Patricia Icassati Almirão	99985-9192
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
13 e 14.1.2018	2ª PJ de Bataguassu	Edival Goulart Quirino	99967-8080
20 e 21.1.2018	1ª PJ de Bataguassu	Wilson Canci Junior	98125-4950
27 e 28.1.2018	PJ de Ribas do Rio Pardo	Paulo Henrique Mendonca de Freitas	99262-5572
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
13 e 14.1.2018	1ª PJ de São Gabriel do Oeste	Daniel Higa de Oliveira	98478-2038
27 e 28.1.2018	PJ de Rio Negro	Thiago Bonfatti Martins	99933-9978

passa a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
20 e 21.1.2018	PJ de Anaurilândia	Allan Thiago Barbosa Arakaki	99866-7689
27 e 28.1.2018	1ª PJ de Nova Andradina	Alexandre Rosa Luz	98478-2042
REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI E PONTA PORÃ			
20 e 21.1.2018	1ª PJ de Ponta Porã	Gabriel da Costa Rodrigues Alves	98108-2131
27 e 28.1.2018	2ª PJ de Amambai	Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro	98478-2073
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
13 e 14.1.2018	1ª PJ de Bataguassu	Wilson Canci Junior	98125-4950
20 e 21.1.2018	PJ de Ribas do Rio Pardo	Paulo Henrique Mendonca de Freitas	99262-5572
27 e 28.1.2018	2ª PJ de Bataguassu	Edival Goulart Quirino	99967-8080
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
13 e 14.1.2018	PJ de Rio Negro	Thiago Bonfatti Martins	99933-9978
27 e 28.1.2018	1ª PJ de São Gabriel do Oeste	Daniel Higa de Oliveira	98478-2038

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 269/2018-PGJ, DE 19.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 16º Promotor de Justiça da comarca de Dourados, Ricardo Rotunno, para, sem prejuízo de suas funções, officiar nos autos do Inquérito Civil nº 06.2016.00000431-4, em trâmite na 11ª Promotoria de Justiça da referida Comarca; e revogar a Portaria nº 3877/2017-PGJ, de 10.11.2017, que designou a Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa Lima para atuar no referido procedimento.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 250/2018-PGJ, DE 19.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscal do Contrato nº 121/PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais (Processo PGJ/10/3813/2017).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 256/2018-PGJ, DE 19.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o seguinte servidor ocupante de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação.

ENTRÂNCIA ESPECIAL

LOTAÇÃO: PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE

DESIGNAÇÃO: 62ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

SERVIDOR	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
CARLOS EDOARDO NOVOA BORGES DE BARROS REIS	Técnico I/Administrativa	18.1.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 263/2018-PGJ, DE 19.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 22.1.2018, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Klinsman Martins Hernandes, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 208/2018-PGJ, DE 17.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 18.1.2018, a Portaria nº 3800/2017-PGJ, de 6.11.2017, que designou o servidor Leonardo Rodrigues de Matos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Caarapó, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 209/2018-PGJ, DE 17.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Nathalia Santa Catharina Poester, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Apoio Jurídico da Secretaria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no período de 17 a 26.1.2018, em razão de férias da titular, *Rebeca Murano Borges*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 210/2018-PGJ, DE 17.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que estabeleceu a escala anual de férias dos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Patrick Arruda Santana	2016/2017	4 a 23.6.2018			8 a 17.1.2018

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Patrick Arruda Santana	2016/2017	11 a 20.4.2018	10 a 19.9.2018		8 a 17.1.2018

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 211/2018-PGJ, DE 17.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Vanessa Cardoso Gai, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria da Corregedoria-Geral do Ministério Público, no período de 8 a 26.1.2018, em razão de férias da servidora *Luciana Benito Crepaldi*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 212/2018-PGJ, DE 17.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Leandro Lima dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Dourados e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8 a 17.1.2018, em razão de férias do servidor *Jonathan Bruno dos Santos Silva*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 213/2018-PGJ, DE 17.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3496/2017-PGJ, de 10.10.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Andrezza Barbosa dos Anjos, de forma que, onde consta: 2º Período – 4 a 13.6.2018, passe a constar: 2º Período – 25.7 a 3.8.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 215/2018-PGJ, DE 17.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Taís Conrad, de forma que, onde consta: 1º Período – 15 a 24.2.2018, passe a constar: 1º Período – 19 a 28.3.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 226/2018-PGJ, DE 19.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que estabeleceu a escala anual de férias dos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Helio Mandetta Neto	2016/2017	15 a 24.2.2018	4 a 13.6.2018		8 a 17.1.2018

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Helio Mandetta Neto	2016/2017	15 a 24.10.2018	10 a 19.12.2018		8 a 17.1.2018

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 227/2018-PGJ, DE 19.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte que concedeu férias regulamentares ao servidor Reginaldo de Oliveira Vilanova, de forma que, onde consta: 1º Período – 30.7 a 8.8.2018, passe a constar: 1º Período – 16 a 25.7.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 228/2018-PGJ, DE 19.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Suzete dos Santos Bezerra, de forma que, onde consta: 1º Período – 18 a 27.1.2018, passe a constar: 1º Período – 22 a 31.1.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 229/2018-PGJ, DE 19.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3496/2017-PGJ, de 10.10.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Ilkia Larissa Bumbieris Queiroz, de forma que, onde consta: 2º Período – 14 a 23.2.2018, passe a constar: 2º Período – 19 a 28.3.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 230/2018-PGJ, DE 19.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3019/2017-PGJ, de 11.9.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Caren Suéli Montagner Lago, de forma que, onde consta: 2º Período – 18 a 27.4.2018, passe a constar: 2º Período – 11 a 20.4.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 231/2018-PGJ, DE 19.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2528/2017-PGJ, de 2.8.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Isabela Castro Almeida, de forma que, onde consta: 2º Período – 24.1 a 2.2.2018, passe a constar: 2º Período – 2 a 11.5.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 232/2018-PGJ, DE 19.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que estabeleceu a escala anual de férias dos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Camila Cavalcante Melo	2017/2018	19.2 a 10.3.2018			12 a 21.3.2018

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Camila Cavalcante Melo	2017/2018	9 a 28.4.2018			29.4 a 8.5.2018

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 233/2018-PGJ, DE 19.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Magnum Fischer de Oliveira, por meio da Portaria nº 1550/2017-PGJ, de 11.5.2017, que seriam usufruídas no período de 8 a 17.1.2018, a serem usufruídas no período de 16 a 25.7.2018, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 234/2018-PGJ, DE 19.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Cláudia Láva Addor Fischer, por meio da Portaria nº 1800/2017-PGJ, de 2.6.2017, que seriam usufruídas no período de 8 a 17.1.2018, a serem usufruídas no período de 16 a 25.7.2018, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 236/2018-PGJ, DE 19.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Fernanda da Silveira Corrêa, por meio da Portaria nº 2233/2017-PGJ, de 7.7.2017, que seriam usufruídas no período de 15 a 24.1.2018, a serem usufruídas no período de 7 a 16.3.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 242/2018-PGJ, DE 19.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Tonya Roberta Pettengill Novaes, por meio da Portaria nº 3019/2017-PGJ, de 11.9.2017, que seriam usufruídas no período de 31.1 a 9.2.2018, a serem usufruídas no período de 2 a 11.5.2018, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 248/2018-PGJ, DE 19.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3019/2017-PGJ, de 11.9.2017, com a redação dada pela Portaria nº 4029/2017, de 22.11.2017, na parte que concedeu férias regulamentares ao servidor Paulo Henrique Siqueira de Rezende, de forma que, onde consta: Período de Gozo – 22 a 27.1.2018, passe a constar: Período de Gozo – 3 a 8.12.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 249/2018-PGJ, DE 19.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, no período de 8 a 10.11.2017, as férias do servidor Marcos Garcia Macedo, concedidas por meio da Portaria nº 4133/2017-PGJ, de 29.11.2017, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 1º a 3.12.2017.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 251/2018-PGJ, DE 19.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Juscélia Melo Lemos, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, lotada nas Promotorias de Justiça de Costa Rica, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 17 a 26.1.2018, em razão de férias do servidor *Felipe Ferrari Marcolin*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 252/2018-PGJ, DE 19.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Felipe Ferrari Marcolin, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Costa Rica e designado para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, realizar diligências nas Promotorias de Justiça da referida Comarca, a partir de 1º.2.2018, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1296/2012-PGJ, de 28.8.2012, que designou a servidora *Juscélia Melo Lemos*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 253/2018-PGJ, DE 19.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Elaine do Nascimento Malheiros Freitas, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Apoio da Secretaria-Geral, no período de 24.1 a 2.2.2018, em razão de férias da titular, *Jokasta dos Santos Lopes*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

AVISO Nº 2/2018/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem razões escritas,

peças informativas ou documentos que serão a estes juntados: **1) Inquérito Civil nº 06.2017.00001043-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar irregularidades e possível superfaturamento da obra de construção do prédio da Câmara de Vereadores de São Gabriel do Oeste. **2) Inquérito Civil nº 06.2016.00001210-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: SIMTED - Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Nova Andradina/MS - Assunto: Apurar a ocorrência de poluição sonora em eventos realizados na sede do SIMTED - Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação, em Nova Andradina/MS. **3) Inquérito Civil nº 06.2017.00000354-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: José Bento Barbosa Junior - Assunto: Apurar o dano ambiental causado pela supressão vegetal sem autorização no lote 900 do Assentamento Teijin, em Nova Andradina/MS. **4) Inquérito Civil nº 06.2016.00000680-1** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Grande/MS, Secretaria de Estado de Saúde de MS - Assunto: Apurar possível insuficiência na quantidade de vacina trivalente de imunização contra o vírus Influenza A, disponibilizada na Rede Pública do município de Campo Grande para o grupo de risco/prioritário previsto na Campanha Nacional de Vacinação. **5) Inquérito Civil nº 06.2016.00001025-0** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Denúncia anônima - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade decorrente de suposta omissão do Estado em face da situação estrutural do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar/MS, diante da falta de policiais, equipamentos e veículos oficiais, e a situação precária das viaturas existentes. **6) Inquérito Civil nº 06.2016.00000840-0** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Denúncia anônima - Requerido: Chic Dog Estética Animal Eiteli - ME - Assunto: Apurar a regularidade ambiental do estabelecimento denominado Chic Dog - Veterinária, em Dourados-MS. **7) Inquérito Civil nº 06.2016.00001329-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual prática de assessoria jurídica pelo funcionário do Tribunal de Contas do Estado, Márcio Loli Ghatti, a algumas prefeituras do interior do Estado, como Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti. **8) Inquérito Civil nº 06.2017.00000222-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Jaraguari - Assunto: Apurar eventual irregularidade na oferta do serviço de transporte escolar na região do Marimondo, em Jaraguari/MS. **9) Inquérito Civil nº 06.2016.00000454-7** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dourados - Assunto: Apurar possíveis irregularidades ambientais e urbanísticas, consistente na ausência de instrumentos de controle de velocidade e sinalização da via que dá acesso ao residencial Ecoville, em Dourados-MS, tendo em vista que o local corta uma área verde (Córrego Laranja Doce) sendo comum a passagem de animais na pista. **10) Inquérito Civil nº 06.2017.00001206-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Brasilândia - Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Brasilândia, ante a denúncias de inobservância da Lei de Acesso a Informação. **11) Inquérito Civil nº 06.2016.00000651-2** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar possível ofensa à garantia do Estado Laico, consistente no patrocínio de show gospel por parte do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. **12) Inquérito Civil nº 06.2016.00000782-2** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Marcos Alves Terra - Requerido: João Leite Pereira Junior - Assunto: Apurar eventual irregularidade na conduta de João Leite Pereira Junior, o qual ocupa cargo de gerente administrativo na Unidade de Acolhimento Adulto Pro Dia Nascer Feliz. **13) Procedimento Preparatório nº 06.2016.00000184-0** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Ford Motor Company Brasil Ltda., e a Monza Distribuidora de Veículos Ltda. - Assunto: Apurar suposta irregularidade na fabricação de determinadas marcas de café, consistente em misturar grande percentual de produtos inadequados e água, visando baratear os custos e aumentar o peso do produto. **14) Inquérito Civil nº 06.2016.00000920-9** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e a Cultura de MS – FAPEMS e o município de Dourados - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na Dispensa de Licitação nº 111/2015 que teve por objeto a contratação dos serviços relativos à realização do Concurso Público de Provas e Títulos para o Quadro de Pessoal da Prefeitura de Dourados/MS. **15) Inquérito Civil nº 06.2017.00001662-5** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: João José Albuquerque Romero - Assunto: Apurar eventual irregularidade no fato do ex-diretor de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Campo Grande, João José Albuquerque Romero, ter recebido vantagem para emitir habite-se do empreendimento Parque de Cidade de Vigo, na Avenida Marquês de Pombal, no bairro Tiradentes. **16)**

Procedimento Preparatório nº 06.2016.00000332-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Armando Barros Olivo - Assunto: Apurar eventual desmatamento irregular em encosta de morro conhecido como "Morrinho", localizado dentro de propriedade pertencente a pessoa de Cel. Olívio ou Olivo, situado próximo ao antigo aeroporto, saída para o Distrito de Cipolândia, no município de Aquidauana/MS. **17) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000482-9** - 50ª Promotoria de Justiça Criminal da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Suzana Cavanha Dias - Assunto: Apurar os fatos narrados na denúncia contida na declaração da Sra. Suzana Cavanha Dias, acerca da falta de escolta policial no Instituto Penal de Campo Grande para levar o interno Ricardo Rodrigues de Paula para a realização de consulta médica fora das dependências do presídio. **18) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001440-5** - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Federal - Requerido: A apurar - Assunto: apurar eventual descumprimento à garantia dos direitos fundamentais dos moradores do Assentamento Estrela. **19) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000915-7** - 50ª Promotoria de Justiça Criminal da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Instituto Penal de Campo Grande - IPCG - Assunto: Apurar as irregularidades constatadas no Relatório da Visita de Inspeção realizada no Instituto Penal de Campo Grande - IPCG/MS, no dia 03/04/2017, pelo Conselho Penitenciário Estadual. **20) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001731-3** - 1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Robert Albuquerque - Assunto: Apurar eventual falta de alvarás de funcionamento, bem como frequência de menores no estabelecimento comercial Pub São Jorge. **21) Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000634-1** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Juarez Nunes Correa - Assunto: Instaurado para fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Procedimento Preparatório nº 150/2008/PJDMA. **22) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001225-1** - Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência e do Idoso da comarca de Inocência - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Asilo "Lar Jeferson Leandro Elias do Prado" - Assunto: Apurar eventual ofensa aos direitos fundamentais do idoso, ante possível irregularidade na retenção e utilização dos benefícios previdenciários e/ou assistenciais dos idosos acolhidos, consubstanciada na suposta ausência de contratação de profissionais técnicos necessários à cúria da saúde e bem-estar dos acolhidos. **23) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001689-1** - 50ª Promotoria de Justiça Criminal da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Moisés Corrado Sulvielita - Assunto: Apurar a denúncia do interno Moisés Cerrado Sulvielita, do Instituto Penal de Campo Grande/MS, acerca de eventuais vendas de camas, de remições e de linhas de fazer crochê no Estabelecimento Penal, bem como de favorecimento a internos no que tange a oportunidades de trabalho. **24) Procedimento Administrativo nº 09.2016.00000965-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ely Wagner Corpal Martins - Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 034/2009 (Projeto Rio Ivinhema). **25) Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001256-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Carlos Chulli - Assunto: Fiscalizar e acompanhar o cumprimento do termo de ajustamento de conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 005/2008. **26) Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000658-5** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Simone Félix da Silva - Assunto: Instaurado para fiscalizar integralmente o termo de ajustamento de conduta celebrado nos autos de Procedimento Preparatório nº 013/2015/PJDMA/DD. **27) Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000664-1** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: BRF - Brasil Foods - Assunto: Instaurado para apurar o cumprimento integral do termo de ajustamento de conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n. 183/2008/PJDMA/DD. **28) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001119-6** - 10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Expresso Queiroz Ltda. - Assunto: Averiguar possíveis irregularidades nas vendas de passagens com obrigatoriedade de compra, pelos usuários, de Seguro Facultativo Individual, em contrariedade ao disposto no art. 39, inciso I, do CDC c/c art. 1º, da Portaria AGEPAN nº 107/2014. **29) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001791-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Leonel Lemos de Souza Brito - Assunto: Apurar a responsabilidade do ex-prefeito Municipal Leonel Lemos de Souza Brito pela contratação irregular de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria nas áreas de compras, licitações e contratos administrativos da Prefeitura Municipal de Bonito (contrato 026/2014 decorrente do Pregão Presencial 073/2013). **30) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000623-8** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Hélio de Jesus Santos Junior - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade no agendamento e informações de perícias pela Coordenadoria Estadual de Perícias Médicas. **31) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001404-9** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos

Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: apurar eventual encerramento das atividades do Centro Estadual de Línguas e Libras de Mato Grosso do Sul - CELMS. **32) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000306-3** - 10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados - Requerente: Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Consumidor-CAOCon - Requerida: Usina São Fernando Açúcar e Álcool - Assunto: Apurar eventual comercialização do produto etanol, com especificação diversa da estabelecida no Regulamento Técnico ANP nº 03/2011, pela Usina São Fernando Açúcar e Álcool Ltda. **33) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001356-1** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Centro de Estética Morena Mulher - Assunto: Apurar eventual falta de acessibilidade no Salão de Beleza Morena Mulher, localizado na rua Antônio Maria Coelho, nesta Cidade. **34) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000796-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Rio Brilhante/MS - Assunto: Apurar eventual prática de conduta omissiva do Município de Rio Brilhante quanto à adoção de providências para impedir que espaços públicos, sejam utilizados como depósito irregular de entulhos e lixos, além da falta de limpeza adequada nestes locais. **35) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000879-1** - 10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Big Gás - Assunto: Apurar suposta venda de GLP em desacordo com a legislação pertinente, praticado pela empresa J.E. Machado Comércio de Gás EPP (BIG GÁS). **36) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001067-5** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bataguassu - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Paulo Manoel Menino Gonçalves - Assunto: Apurar eventual falsidade ideológica e infração administrativa praticadas por P.M.M.G ao formular o pedido de alvará judicial nº 0000690-48.2017.8.12.0026 perante a Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Bataguassu solicitando autorização para a entrada e a permanência de menores em evento musical realizado nesta cidade. **37) Inquérito Civil nº 06.2017.00000034-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Deodápolis - Assunto: Apurar as denúncias relatadas na manifestação nº 11.2016.00002000-2, oriunda da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. **38) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001066-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu - Requerente: 15º Batalhão de Polícia Militar Ambiental/CPE - 5º Pelotão PMA/Bataguassu-MS - Requerida: Fazenda Pardal - Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Pardal, localizada no município de Santa Rita do Pardo, consistente na retirada de vegetação nativa em área de reserva legal. **39) Inquérito Civil nº 06.2016.00000910-9** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Itaporã - Assunto: Apurar eventual ilegalidade no Contrato nº 216/2016, firmado entre o município de Itaporã/MS e a empresa Atitude Ambiental Ltda., que tem por objeto a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos hospitalares produzidos pelo Hospital Municipal Lourival Nascimento da Silva e ESF's. **40) Inquérito Civil nº 06.2016.00001547-7** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos - Requerentes: Ministério Público Estadual e Emerson André Moralez Ruiz - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ocorrência de omissão por parte do Poder Público Municipal na conservação de pontes no município de Terenos/MS. **41) Inquérito Civil nº 06.2016.00001584-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ouvidoria do Ministério Público Estadual - Requerido: Valdir de Lima Manoel - Assunto: Apurar a denúncia relatada na Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, que trata acerca de improbidade administrativa praticada pelo requerido, o qual registrou candidatura fictícia para fins de afastamento de funções como servidor da Sanesul. **42) Inquérito Civil nº 06.2016.00001290-3** - 10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul - Grupo Energisa - Assunto: Apurar possível cobrança indevida na fatura de energia elétrica dos consumidores desta cidade, através de fixação a maior alíquota da tarifa da Contribuição de Custeio de Serviço de Iluminação Pública - COSIP e cálculo errôneo dos tributos ICMS, PIS e COFINS, pela empresa Energisa. **43) Inquérito Civil nº 06.2016.00000844-3** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Residencial Dourados Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade ambiental, consistente na prática de queimada ao ar livre em área de loteamento, em desacordo com as condicionantes ambientais da licença prévia. **44) Inquérito Civil nº 06.2016.00001133-7** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar notícia de possível ocorrência de dano ambiental consistente em intervenção em área de preservação permanente do córrego Rego D' Água, com instalação de loteamento entre as ruas Itamarati e Leônidas Além, bairro Vila Adelina, em Dourados/MS. **45) Inquérito Civil nº 06.2016.00001227-0** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: ENERSUL - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A - Assunto: Apurar a regularidade ambiental e urbanística da instalação de rede transmissora de energia elétrica na rua Balbina de Matos, entre as ruas Oliveira Marques

e Manoel Santiago. **46) Inquérito Civil nº 06.2016.00000480-3** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Gustavo Massaranduba Berenyl - Bar Fênix - Assunto: Apurar a ocorrência de eventual ilícito ambiental, consistente em poluição sonora e perturbação do sossego público, no estabelecimento denominado Fênix Bar. **47) Inquérito Civil nº 06.2016.00000246-0** - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerentes: ACP Sindicato Campo Grandense dos Profissionais da Educação Pública e o Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar possíveis irregularidades consistentes no desrespeito à lei que institui o piso do Magistério, no âmbito do Município de Campo Grande, e no fato de a prefeitura ter sinalizado a intenção de parcelar os salários devidos aos professores municipais. **48) Inquérito Civil nº 06.2017.00000808-0** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Figueirão - Assunto: Apurar eventual omissão no fornecimento de transporte escolar aos alunos da zona rural do município de Figueirão. **49) Inquérito Civil nº 06.2015.00000129-0** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Chapadão do Sul - Assunto: Promover e acompanhar a implementação dos Projetos MPEDUC - Ministério Público Pela Educação e PROCEV - Promotoria Contra Violência e Evasão na Escola, no município de Chapadão do Sul. **50) Inquérito Civil nº 06.2017.00000540-6** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Paulo Henrique Bergo Domingues - Assunto: Apurar a conduta de servidor público municipal que estaria utilizando irregularmente atestado médico para estudar no Paraguai. **51) Inquérito Civil nº 06.2017.00000953-5** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - Requerida: Fábrica - Química, Petróleo e Derivados Ltda. - Assunto: Apurar o não cumprimento das normas ambientais e eventual degradação ambiental gerada pela atividade potencialmente poluidora desenvolvida pela empresa Fábrica Química Petróleo e Derivados Ltda., CNPJ nº 05.853.347/0001.09, localizada na avenida Jamil Nahas, nº 1071, Polo Empresarial Oeste, nesta cidade, com desatenção das condicionantes da licença ambiental de operação, conforme constatação em relatório de vistoria feita por técnicos da SEMADUR. **52) Inquérito Civil nº 06.2016.00000307-0** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerentes: Lincoln Barbosa Guimarães e o Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Campo Grande e a empresa de Reciclagem de Metal Centro Oeste - Assunto: Apurar a conduta do município de Campo Grande-MS no licenciamento ambiental de atividades de comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos. **53) Inquérito Civil nº 06.2016.00000073-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Antônio Ferreira de Souza Gaspar, Elias Porto da Silva, Joaquim Carreira Gaspar, José Gaspar e Manoel Ferreira de Souza Gaspar - Assunto: Apurar irregularidades relacionadas ao funcionamento de carvoaria sem as autorizações necessárias na fazenda São José II. **54) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001022-0** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo cometido pela coordenadora da Escola Estadual Regina Lúcia Anffe Nunes Betine, no âmbito da Penitenciária Estadual de Dourados. **55) Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001024-2** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Diretora da Escola Estadual Dr. Fernando Corrêa da Costa - Assunto: Apurar eventuais ofensas a direitos e garantias individuais de adolescente portador de necessidades especiais, no que concerne ao acesso à educação. **56) Inquérito Civil nº 2/2017** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Rio Verde de Mato Grosso - Assunto: Apurar suposta ilegalidade em procedimentos licitatórios para aquisição de bens e serviços comuns, deste município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, noticiada na manifestação nº 11.2016.00005114-0, registrada na Ouvidoria/MPMS. **57) Procedimento Preparatório nº 32/2016** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Educação de Bela Vista - Assunto: Apurar a legalidade da corrente prática da Secretária de Educação de Bela Vista, Marili Diana Diniz, em (i) deixar a classe Maternal I (crianças de 0 01 ano e 11 meses) sem professores capacitados, mas apenas com auxiliares sem nível superior; (ii) reduzir a carga horária dos CEINs para funcionar somente até as 15h; (iii) falta de estrutura física dos CEINs (alagamentos por causa de chuvas, paredes com infiltrações e mofo, etc.); (iv) suspensão do atendimento nos CEINs quando há chuva ou a sala conta com menos de 05 alunos; (v) apenas um professor em sala com mais de 15 alunos. **58) Inquérito Civil nº 30/2016** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Nioaque/MS - Assunto: Verificar possível ocorrência de supressão de pagamentos de verbas salariais dos servidores públicos municipais. **59) Inquérito Civil nº 7/2016** - 7ª Promotoria de Justiça Cível da comarca da comarca de Três Lagoas - Requerentes: Ministério Público Estadual e o Banco do Brasil S.A - Requerido: Cartório de Registro De Imóveis de Três Lagoas - Assunto: Apurar eventual irregularidade em registro público imobiliário. **60) Inquérito Civil nº 8/2016** - 7ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual

- Requerido: Elektro Eletricidade e Serviços S. A - Assunto: Apurar eventual irregularidade no fornecimento de energia elétrica pela concessionária Elektro S.A., aos moradores do Condomínio Residencial Músico Pereira Barreto, em Três Lagoas/MS. **61) Inquérito Civil nº 4/2013** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Coxim - Assunto: Apurar os motivos da paralisação da obra de pavimentação asfáltica das ruas João Canuto da Silva, Benevides, Kid Costa, Coronel Manito e Duailib, no bairro Senhor Divino. **62) Inquérito Civil nº 22/2014** - Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Bela Vista - Assunto: Apurar indícios de descumprimento pelo Município de Bela Vista de implemento de Sistema de Descarte de Esgoto adequado em todos os domicílios do território do Município. **63) Inquérito Civil nº 51/2015** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar responsabilidade dos danos ambientais causados na represa natural existente às margens da Rodovia MS-384, localizada dentro dos limites do município de Caracol/MS. **64) Inquérito Civil nº 14/2014** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Darci Cristiano de Oliveira, Mário Alberto Kruger e o município de Rio Verde de MT/MS - Assunto: Apurar responsabilidade do Chefe do Executivo e/ou do responsável direto pela apresentação de defesa protelatória e despidida de qualquer fundamento legal nos Embargos à Execução nº 0800532-48.2013.8.12.0042, em prejuízo aos cofres públicos, já que tornou a dívida pública maior, além de onerar o Município com despesas de sucumbência. **65) Inquérito Civil nº 14/2015 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia. **66) Inquérito Civil nº 18/2015** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Roberto Luiz Ferrari - Assunto: Apurar a notícia de prática de desmatamento em área de preservação permanente do Rio Taquari, na propriedade rural denominada fazenda Cachoeirinha, neste Município, sem autorização ambiental. **67) Inquérito Civil nº 4/2016** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da coleta, tratamento e disposição dos resíduos sólidos urbanos no município de Coxim/MS, assim como a ausência de implantação da coleta seletiva com a criação e participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda. **68) Inquérito Civil nº 14/2015** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Alcinópolis - Assunto: Apurar eventual desídia por parte da Prefeitura Municipal de Alcinópolis/MS, quanto à alocação de montante orçamentário determinado no Precatório de Requisição de Pagamento nº 0040238-71.2011.8.12.0000, bem como possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes. **69) Inquérito Civil nº 8/2016** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Bandeirantes - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possíveis irregularidades quanto ao descumprimento de cláusula contratual que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de monitores de aluno no transporte escolar municipal por parte da empresa requerida, a eventual omissão do Poder Público na fiscalização do cumprimento da referida obrigação, e atos de improbidade administrativa daí decorrentes. **70) Inquérito Civil nº 55/2013** - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ladário/MS - Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas contratações efetuadas pelo Município de Ladário/MS no que diz respeito aos cargos de chefia do Programa de Estratégia de Saúde da Família - ESF's - e dos Postos de Saúde da Família - PSF's, afastando a obrigatoriedade da designação de funcionários públicos pertencentes ao quadro de Provimento Efetivo, conforme a Lei Municipal nº 817/2008. **71) Inquérito Civil nº 27/2015** - Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo/MS - Assunto: Apurar o descumprimento da Lei Municipal nº 789/2015 pelas agências bancárias instaladas no município de Ribas do Rio Pardo/MS. **72) Inquérito Civil nº 5/2015** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda São José - Assunto: Apurar notícia de destruição de mata ciliar e demais formas de vegetação consideradas de preservação permanente, na fazenda São José, neste Município, de propriedade de Paulo Fernando Jacintho Lemos. **73) Inquérito Civil nº 39/2014** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerentes: Ministério Público Estadual e o Operário Atlético Clube - Requeridos: Liga Esportiva Douradense e o município de Dourados - Assunto: Apurar irregularidades praticadas no Estádio de Futebol Napoleão Francisco de Souza, conhecido como "Estádio da Leda", consistente em execução das atividades desprovida de licença ambiental, alvará de funcionamento ambiental e certificado do bombeiro, em desacordo com a legislação vigente. **74) Inquérito Civil nº 53/2014** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dourados - Assunto: Apurar eventual dano ao erário público municipal em decorrência do remanejamento de áreas localizadas no loteamento denominado bairro Jardim. **75) Inquérito Civil nº 5/2013** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Auto Posto Top 7 - Sartori e Adovan Ltda., Conveniência Top Serv - Carlos Eduardo Padovan Pereira - M

E - Assunto: Apurar prática de irregularidades ambientais (poluição sonora) pelos empreendimentos denominados Auto Posto Top 7 (Sartori e Adovan Ltda.) e Conveniência Top Serv (Carlos Eduardo Padvoan Pereira - ME). **76) Inquérito Civil nº 24/2015** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: C. Cardoso Barbosa - ME e o município de Dourados - Assunto: Apurar eventual irregularidade no processo licitatório, modalidade Pregão nº 006/2015, tendo em vista que a empresa vencedora, em tese, não existe, bem como os valores ofertados para execução do contrato se mostraram menores do que os praticados pelo mercado. **77) Inquérito Civil nº 53/2013** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antônio Pereira Mendes, sítio Canto do Sabiá - Assunto: Regularização ambiental da propriedade rural denominada sítio Canto do Sabiá, pertencente a Antônio Pereira Mendes, consoante diagnóstico ambiental realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Andradina, através da empresa Toposat Ambiental. **78) Inquérito Civil nº 8/2016** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar notícia de eventual aglomeração de pessoas em frente à Casa Lar Idade do Saber, localizada na Avenida Virginia Ferreira, nº 381, bairro São Judas Tadeu, nesta Cidade. **79) Inquérito Civil nº 29/2015** - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a existência de turmas multiseriadas na extensão rural da Escola Municipal Alcino Carneiro, em Alcinópolis/MS, bem como o uso de livros didáticos ultrapassados e a ausência de turma de educação infantil. **80) Inquérito Civil nº 22/2013** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Projeto Viva Vida (Provida) - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução de Termo de Parceria Firmado entre O Provida - Projeto Viva Vida e o município de Nova Andradina, consistente na construção de 22 (vinte e duas) unidades habitacionais, liberado junto ao Ministério das Cidades por meio do Programa de Habitação de Interesse Social. **81) Inquérito Civil nº 25/2012** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa decorrente da contratação da Sociedade Caritativa e Humanitária - SELETA para construção do Centro de Convenções do município de Dourados. **82) Inquérito Civil nº 2/2016** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Marcos Yassuo Okama - Assunto: Apurar eventual dano ambiental cometido, em tese, por Marcos Yassuo Okama, consistente na supressão vegetal irregular, sem licença do órgão ambiental competente, na fazenda Santa Amélia. **83) Inquérito Civil nº 29/2016** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito - Requerentes: Breno Fernandes Teixeira, Jefferson Doretto de Souza, Marcelo Berton e Silvio Roberto Rocca - Requerido: Município de Bonito - Assunto: Apurar irregularidades na emissão de vouchers do atrativo Gruta do Lago Azul da Prefeitura Municipal de Bonito/MS. **84) Inquérito Civil nº 28/2014** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Visando apurar eventual ato de improbidade administrativa no Contrato nº 52/2012 da Prefeitura Municipal de Terenos e Construtora Premyer Ltda. Epp. **85) Inquérito Civil nº 6/2012** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Escola Geração Renovada - Assunto: Apurar improbidade administrativa consistente em eventual desvio e má aplicação da verba pública destinada à Escola Geração Renovada. **86) Inquérito Civil nº 10/2008** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Energética Santa Helena Ltda. - Assunto: Apurar os impactos ambientais, desde o plantio até a produção, provenientes do funcionamento da empresa Energética Santa Helena Ltda. **87) Inquérito Civil nº 29/2015** - Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Paranhos/MS - Assunto: Apurar se estão sendo executadas, pela Gestão Estadual e Municipal de Saúde de Paranhos, as ações de prevenção/controle vetorial no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, bem como se existe e está sendo devidamente executado o Plano de Contingência para prevenção e enfrentamento da microcefalia relacionada ao *Zika Vírus*. **88) Inquérito Civil nº 29/2014** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Aplic Aviação Agrícola Ltda. - Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade na empresa Aplic Aviação Agrícola Ltda., consistente no uso, produção, consumo, comércio, aplicação aérea e o armazenamento de agrotóxicos e fertilizantes, desprovidos de licença ambiental. **89) Inquérito Civil nº 1/2013** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Nova Andradina/MS - Assunto: Apurar eventual ato ilegal praticado pela Prefeitura Municipal de Nova Andradina, consistente na doação irregular de terrenos que compõem o Conjunto Habitacional Universitário e Conjunto Habitacional Universitário II, na cidade de Nova Andradina. **90) Inquérito Civil nº 26/2014** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Fredson Brandão Vasconcellos & Cia Ltda.- ME, Espaço Aldeia, Fredson Brandão Vasconcelos, João Paulo dos Santos Paz e Tiago Pizzini Casarotti - Assunto: Registrar notícia indicativa de realização de atividade comercial Espaço Aldeia (festa e show), descumprindo com as condicionantes da licença

ambiental. **91) Inquérito Civil nº 59/2013** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de funcionários de empreiteiras para trabalharem nos setores financeiros e de medidas da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Habitação - SEINTRHA. **92) Inquérito Civil nº 47/2013** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Márcia Pires de Araújo (Estância Scharf) - Assunto: Regularização ambiental da propriedade, consoante diagnóstico ambiental realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Andradina, através da Empresa Toposat Ambiental. **93) Inquérito Civil nº 1/2013** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerente: Procurador-Geral do Município de Aquidauana - Requerida: Prefeitura Municipal de Aquidauana/MS - Assunto: Apurar denúncia de irregularidade na contratação da funcionária Lindomar Lili Sebastião pela Prefeitura Municipal de Aquidauana. **94) Inquérito Civil nº 2/2013** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerente: Michela Firmina da Fonseca - Requerida: Prefeitura Municipal de Aquidauana - Assunto: Apurar denúncia de que a Prefeitura Municipal de Aquidauana promovia o desconto de parte de vencimentos dos servidores e não fazia o repasse para as empresas credoras. **95) Inquérito Civil nº 5/2014** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Nova Andradina - Assunto: Apurar a existência de irregularidades nas doações de terrenos que compõe o “Conjunto Habitacional Funcionários Públicos”, criado pela Lei Municipal nº 906, de 31 de agosto de 2010, na cidade de Nova Andradina/MS. **96) Inquérito Civil nº 77/2013 (Sigiloso)** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. **97) Inquérito Civil nº 3/2014** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Igreja Batista Boas Novas - Assunto: Apurar a adequação do prédio da Igreja Batista Boas Novas desta Cidade para regularização de cultos e reunião de pessoas. **98) Inquérito Civil nº 18/2014 - Anexo A** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Paranaíba - Assunto: Apurar eventual irregularidade e, consequente prejuízo ao erário municipal, na concessão de diárias aos Vereadores do município de Paranaíba no curso do ano de 2014. **99) Inquérito Civil nº 1/2016** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Wilson Fonseca Cabral - Assunto: Apurar possível dano ambiental na fazenda Rancho Alegre decorrente da exploração de piscicultura sem o devido licenciamento ambiental. **100) Inquérito Civil nº 7/2014** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo/MS - Assunto: Apurar a legalidade do pagamento de adicional de hora-extra à servidora pública municipal Simone Moraes Dias Hartelsberger, bem como a situação funcional do Servidor Luiz Carlos Sodário. **101) Inquérito Civil nº 4/2015** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Corguinho - Assunto: Apurar eventual responsabilização do Chefe do Executivo municipal de Rio Negro em face da Lei 8429/1992 (Improbidade Administrativa). **102) Inquérito Civil nº 4/2017** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Odair José Gaiari - Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na fazenda Laguna Ita, de propriedade do Sr. Odair José Gaiari. **103) Inquérito Civil nº 47/2015** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual conduta ímproba de policial militar, indiciado por crime de homicídio, além de suposto exercício de atividade privada. **104) Inquérito Civil nº 17/2015 - Anexo REM** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Naviraí - Assunto: Apurar a legalidade no pagamento de aluguel a famílias carentes pelo município de Naviraí. **105) Inquérito Civil nº 25/2013** - 16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Estadual de Segurança Pública - Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa em decorrência do mau funcionamento do Núcleo Médico Legal de Dourados.

Campo Grande, 19 de janeiro de 2018.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador de Justiça e
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**AVISO N. 01/CGMP/2018**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como aos senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que o Corregedor-Geral do Ministério Público realizará visita correcional nas Promotorias de Justiça conforme quadro abaixo:

DATA	PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
7 a 9.2.2018	32ª PJ Campo Grande
7 a 9.2.2018	44ª PJ Campo Grande
7 a 9.2.2018	67ª PJ Campo Grande
7 a 9.2.2018	25ª PJ Campo Grande
7 a 9.2.2018	43ª PJ Campo Grande
7 a 9.2.2018	49ª PJ Campo Grande
22 e 23.2.2018	1ª PJ Naviraí
22 e 23.2.2018	2ª PJ Naviraí
22 e 23.2.2018	3ª PJ Naviraí
22 e 23.2.2018	1ª PJ Caarapó
22 e 23.2.2018	2ª PJ Caarapó
28.2 a 2.3.2018	PJ Sete Quedas
28.2 a 2.3.2018	PJ Iguatemi
28.2 a 2.3.2018	1ª PJ Amambai
28.2 a 2.3.2018	2ª PJ Amambai

Campo Grande, 19 de janeiro de 2018.

MARCOS ANTÔNIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS**EDITAL Nº 019/2018/PJTLS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, torna pública a DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA da vaga de estagiário, do candidato WALISTON SILVA SA, aprovado em 11º lugar, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionado em último lugar na fila dos aprovados, no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Três Lagoas, homologado em 25 de julho de 2017, nos termos do item IX – Da Convocação e Admissão – do Edital nº 001/2017/PJTLS.

Três Lagoas – MS, 18 de janeiro de 2018.

MÓISES CASAROTTO
Promotor de Justiça em substituição legal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DE CONVÊNIO**

EXTRATO DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CELEBRADO ENTRE E A SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, REPRESENTADA PELO SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO, AUGUSMAR VIEIRA MELO E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL, REPRESENTADO PELO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PAULO CEZAR DOS PASSOS.

Processo: PGJ/10/0253/2018.

Objeto: Estabelecer um regime de cooperação mútua entre os partícipes, visando à promoção de medidas necessárias à prevenção e repressão ao crime organizado, bem como de delitos que exijam investigações especiais, ações conjuntas ou a formação de força-tarefa, observadas as disposições legais.

Amparo Legal: Artigo 116 de Lei nº 8.666/93.

Vigência: 15.01.2018 a 15.01.2023.

Data da assinatura: 15.01.2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****RECOMENDAÇÃO Nº 0001/2018/31PJ/CGR2018/31PJ/CGR****PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 06.2017.00002010-7**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 31ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS, representado pelo Promotor de Justiça subscritor, no uso das atribuições previstas no artigo 127 da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007¹:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social”²;

CONSIDERANDO que a recomendação “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”³, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

¹ Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

² MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

³ ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, caput, da Carta Maior da República e do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que o regime jurídico dos bens públicos traz como uma das características desses bens a inalienabilidade que, em regra geral, “impede sejam os bens públicos alienados, isto é, não podem ser eles vendidos, permutados ou doados, em vista dos interesses aqui representados, que são os da coletividade”⁴;

CONSIDERANDO que a doação, assim como a permuta e a venda de bens públicos é medida de exceção no regime jurídico que rege a Administração Pública. Nesse sentido é o posicionamento exarado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul: "DOAÇÃO, NO ÂMBITO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS, EM HIPÓTESE EXCEPCIONAIS, COM ENCARGOS E COM CLÁUSULA DE REVERSÃO (ART. 17, § 4º, DA LEI 8.666/93) . DECISÃO LIMINAR DO STF NA ADIN - 927 QUE DEU INTEPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO AO ARTIGO PARA RESTRINGIR A VEDAÇÃO À UNIÃO FEDERAL E TEM EFEITO ERGA OMNES, CONFORME ART. 11, § 1º, DA LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999. SUPERVENIÊNCIA DE LEGISLAÇÃO ALTERADORA". (TCE/MS – TC/1498/2014).

CONSIDERANDO que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que os casos de dispensa de licitação são regras também excepcionais e devem ser necessariamente justificados, exigindo-se processo de dispensa de licitação, que deve ser instruído, no que couber, com os elementos insculpidos no artigo 26 e incisos da Lei n.º 8.666/93;

CONSIDERANDO que também se trata de posicionamento exarado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo como exemplo: "APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM COMINAÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER – NULIDADE DE DOAÇÃO DE IMÓVEL – PRELIMINARES – INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E INCOMPETÊNCIA DO JUIZ DE PRIMEIRA INSTÂNCIA – REJEITADAS – MÉRITO – DOAÇÃO DE BEM PÚBLICO – INOBSERVÂNCIA DAS REGRAS PREVISTAS NA LEI N.º 8.666/1993 – AUSÊNCIA DE PRÉVIA LICITAÇÃO – INTERESSE PÚBLICO NÃO EVIDENCIADO – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. (...). 3. O artigo 17, § 4.º, da Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/1993) preceitua que a doação de bem público deve ser precedida de procedimento licitatório, sendo dispensado apenas em caso de interesse público devidamente justificado. 4. É nula a doação de imóvel público à empresa particular, uma vez que a alegação de geração de empregos não é suficiente para dispensar a licitação, mormente porque não foi oportunizado que outras empresas do ramo de comunicação da região tivessem a mesma possibilidade". (TJMS – Apelação n.º 0800272-44.2016.8.12.0016 – 3ª Câmara Cível – Rel. Des. Eduardo Machado Rocha. Julg. 24/10/2017. Pub. 25/10/2017). (grifei)

CONSIDERANDO que a alienação (gratuita ou onerosa) de bens da Administração Pública somente poderá ocorrer se subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, nos termos do caput do art. 17 da Lei n.º 8.666/93 - Lei de Licitações e Contratos, ou seja, o Administrador Público jamais pode conceder incentivos a entes privados por mera liberalidade, pois não é dado a ele o direito de fazer cortesia às custas do povo, devendo sempre existir uma contraprestação inequívoca por parte dos beneficiários e proporcional aos incentivos oferecidos;

CONSIDERANDO que, em se tratando de alienação de bem público, mostra-se imprescindível a prévia identificação e devida avaliação, mormente para propiciar o necessário sopesamento do interesse público envolvido e mensuração do benefício ao particular;

CONSIDERANDO que a “administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)” (artigo 37, caput, da Constituição Federal);

⁴ CELSO SPITZCOVSKY, Direito Administrativo para Concursos Públicos. 10 ed. São Paulo: Método. 2008, p. 539.

CONSIDERANDO que a impessoalidade⁵ é princípio constitucional norteador da Administração Pública Brasileira (artigo 37, caput, da CRFB/88). Por consequência disso, os bens públicos não se acham entregues à livre disposição da vontade do administrador, sendo dever gerenciá-los nos termos da finalidade legal a que estão adstritos. Inconcebível, pois, que, discricionariamente, seja autorizada a doação de bens públicos a particulares, travestindo-se em privilégio para uns, em detrimento de outros;

CONSIDERANDO que a Lei de Improbidade (Lei n.º 8.429/1992) expressa em seu artigo 11, que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente, praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

CONSIDERANDO que doar bens públicos à pessoa física ou jurídica, sem a observância das formalidades legais, constitui ato de improbidade administrativa que causa danos ao erário, nos termos do art. 10, inciso III, da Lei de Improbidade Administrativa - LIA (n.º 8.429/92);

CONSIDERANDO que agir negligentemente na conservação do patrimônio público, bem como concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente, são práticas que importam em atos de improbidade administrativa previstos no art. 10, X e XII, da LIA;

CONSIDERANDO a constatação por meio do Procedimento Preparatório n.º 06.2017.00002010-7/31ªPJCG que a Câmara Municipal de Campo Grande autorizou o Poder Executivo Municipal a desafetar, desdobrar, alienar ou permutar área de domínio público medindo 15.125,305 m² da quadra 07 localizado no Bairro Chácara Cachoeira por meio da Lei Municipal n.º 5.608/2015, sem, contudo, serem observados os ditames legais imprescindíveis, como a realização de processo licitatório, bem como a existência de interesse público devidamente justificado, senão vejamos o verbete legal, *ipsis litteris*:

LEI n. 5.608, DE 17 DE AGOSTO DE 2015⁶.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAFETAR, DESDOBRAR, ALIENAR OU PERMUTAR ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, GILMAR ANTUNES OLARTE, Prefeito Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar, desdobrar, alienar ou permutar área de domínio público municipal medindo 15.125,305 m² da Quadra 07, do parcelamento Chácara Cachoeira II, Bairro Chácara Cachoeira, matriculada sob o n. 180.417 da 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis, sendo 5.000,00 m² como permuta para a Arquidiocese de Campo Grande, para fins de construção da Igreja Nossa Senhora da Abadia; doação de 2.000,00 m² para o Sindicato Setlog – Sindicato de Transporte Logístico de Mato Grosso do Sul e a área remanescente de 8.125,305 m² será destinada como área pública, mantendo sua afetação para fins de construção de uma praça.

Parágrafo único. Caberá ao Executivo Municipal a elaboração da planta de desdobro e memorial descritivo das referidas áreas.

Art. 2º Para fins de alienação ou permuta, as áreas serão avaliadas pela Divisão de Fiscalização e Avaliação Imobiliária da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano - SEMADUR.

§ 1º O preço da área alienada deverá ser recolhido aos cofres públicos municipais.

§ 2º A alienação será processada pela Central Municipal de Compras e Licitações - CECOM e o recolhimento do preço da operação será feito junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Controle.

§ 3º As alienações mencionadas nesta Lei serão procedidas nos termos da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

§ 4º Será permutada com a Arquidiocese de Campo Grande-MS, parcela referente a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) da área supramencionada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE-MS, 17 DE AGOSTO DE 2015.

⁵ A propósito, MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO disserta acerca da impessoalidade que:

“(…) Exigir impessoalidade da Administração tanto pode significar que esse atributo deve ser observado em relação aos administrados como à própria Administração. No primeiro sentido, o princípio estaria relacionado com a finalidade pública que deve nortear toda a atividade administrativa. Significa que a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento (...) No segundo sentido, o princípio significa, segundo José Afonso da Silva (2003:647), baseado na lição de Gordillo que “os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa da Administração Pública, de sorte que ele é o autor institucional do ato. Ele é apenas o órgão que formalmente manifesta a vontade estatal” (DIREITO ADMINISTRATIVO. VIGÉSIMA QUINTA EDIÇÃO. São Paulo: Atlas, 2012. Pág. 68).

⁶ Publicada no Diário Oficial de Campo Grande/MS – DIOGRANDE – Ano XVIII n. 4.345, terça-feira, 18 de agosto de 2015, página 1.

GILMAR ANTUNES OLARTE

Prefeito Municipal

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 5.608/2015, acima citada, é de cunho AUTORIZATIVO e que, em seu artigo 3º, deixa explícito que:

"§3º As alienações mencionadas nesta Lei serão procedidas nos termos da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações"
(grifei)

CONSIDERANDO que a determinação acima NÃO FOI OBSERVADA pela Administração Municipal de Campo Grande;

CONSIDERANDO que as prerrogativas da citada Lei Municipal nº 5.608/2015 geraram o ato administrativo de Termo de Transferência de posse de área de 2.000 m², da quadra 07, do parcelamento Chácara Cachoeira II, matriculada sob o nº 180.417 (Cartório da 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis) em 22/12/2015, que caracterizou verdadeira doação tendo em vista que a área foi cedida para a construção da Sede do Sindicato de Transporte Logístico de Mato Grosso do Sul – SETLOG, sem motivação de interesse público que justificasse sua dispensa ou cláusula de reversão, ferindo o previsto no artigo 17, §4º da Lei 8.666/93, bem como o princípio da impessoalidade;

CONSIDERANDO ainda que as prerrogativas da Lei Municipal nº 5.608/2015 geraram o ato administrativo de Termo de Autorização de Uso nº 29 de 25/08/2015 de área de 5.000 m², quadra 07, parcelamento Chácara Cachoeira II, matrícula 180.417 (Cartório da 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis), gerando uma futura permuta junto à Arquidiocese de Campo Grande para construção de sede desta, sem análise de impacto financeiro diante dos valores dos imóveis permutados, tampouco motivação de interesse público que justificasse sua dispensa ou, sequer, cláusula de reversão, ferindo o previsto no artigo 17, §4º da Lei 8.666/93, bem como a laicidade do Estado, vulnerando o artigo 19, inciso I, da CF/88, além de atacar o princípio da impessoalidade ao não realizar licitação e nem justificar a sua dispensa;

CONSIDERANDO que, em vistoria realizada por esta Promotoria (fls. 383/399) constatou-se que: 1) Em relação à área destinada ao Sindicato de Transporte Logístico não há qualquer delimitação, obra ou edificação, bem como não há na lei ou em atos administrativos qualquer cláusula de reversão em caso de não utilização da área pública; 2) Em relação à área destinada à Arquidiocese de Campo Grande o terreno está delimitado com cercado, portão com cadeado e há uma cruz erguida no local, mas não há edificações, bem como não há na lei ou em atos administrativos qualquer cláusula de reversão em caso de não utilização da área pública; 3) Em relação às supostas áreas oferecidas pela Arquidiocese de Campo Grande, há edificações e suposta invasão das áreas privadas e oferecidas como permuta ao Município, bem como os valores descritos são muito inferiores àqueles avaliados pela própria Prefeitura Municipal de Campo Grande, a demonstrar considerável prejuízo público em eventual permuta;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual podendo, no exercício de suas atribuições, emitir recomendações dirigidas aos órgãos e entidades públicas (artigo 27, Parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625/93);

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia;

RECOMENDAR ao PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE/MS, MARCOS MARCELLO TRAD, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, garanta que, no trato dos processos movidos pela Administração Municipal de Campo Grande para doação, permuta, alienação ou cessão de imóveis, sejam respeitados os princípios que regem a Administração Pública, notadamente a legalidade e impessoalidade, atentando-se ao ordenamento jurídico como um todo, principalmente às disposições da Constituição Federal, dentre outras, a prevista no artigo 23, inciso I, da CF/88, e na Lei n.º 8.666/93, bem como que:

1 – A Administração Municipal de Campo Grande REVOGUE o Termo de Transferência de posse de área de 2.000 m², da quadra 07, do parcelamento Chácara Cachoeira II, matriculada sob o nº 180.417 (Cartório da 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis), firmado em 22.12.2015 com o Sindicato SETLOG – Sindicato de Transporte Logístico de Mato Grosso do Sul; e o Termo de Autorização de Uso nº 29 de 25/08/2015 de área de 5.000 m², quadra 07, parcelamento

Chácara Cachoeira II, matrícula 180.417 (Cartório da 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis), firmado em 25.08.2015 com a Arquidiocese de Campo Grande tendo em vista a ausência de demonstração do interesse público na doação/permuta da área delimitada na mencionada legislação que, em tese, padece de vícios, como por ferir o previsto no artigo 17, §4º da Lei nº 8.666/1993 e os princípios da indisponibilidade, pela administração, dos interesses públicos e da impessoalidade que representam a pedra angular do regime jurídico-administrativo;

2 – A Administração Municipal de Campo Grande se abstenha de expedir, outorgar, efetivar, impulsionar, promover, fomentar, etc., qualquer ato administrativo lato sensu decorrente da Lei Municipal nº 5.608 de 17 de agosto de 2015, até que esteja demonstrado o interesse público em eventuais doações/permutas, bem como sejam precedidas de cumprimento da legislação pertinente (art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 17, da Lei nº 8.666/93 - Lei de Licitações);

3 – A Administração Municipal de Campo Grande deve observar sempre que a doação de bens imóveis públicos é medida de absoluta excepcionalidade, que somente pode ser lançada mão quando deliberadamente demonstrada e assegurada a existência de interesse público inequívoco envolvido, porquanto, em regra, os bens públicos são inalienáveis, seja gratuita ou onerosamente, a particulares, devendo sempre realizar o procedimento licitatório pertinente, a fim de assegurar a isonomia e impessoalidade na escolha dos beneficiários de bens municipais, em cumprimento a norma constitucional prevista no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 17, da Lei nº 8.666/93 - Lei de Licitações e Contratos;

4 – A Administração Municipal de Campo Grande deve, nos casos em que o processo licitatório seja incabível, em que se verifique ser o caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação, formalizar, previamente à cessão do bem, as justificativas para a não realização de licitação de acordo com o artigo 26, da Lei nº 8.666/93, procedendo à abertura do devido processo de dispensa de licitação;

5 – A Administração Municipal de Campo Grande deve realizar prévia avaliação do bem a ser cedido/permutado/doado⁷;

6 – A Administração Municipal de Campo Grande deve observar o princípio da indisponibilidade, pela administração, dos interesses públicos a fim de evitar a cessão, permutas ou doações que gerem grande onerosidade aos cofres públicos sem retorno proporcional à sociedade. Assim, no caso concreto, deve constar nos autos se essa proporção foi avaliada, descrevendo-se acerca da análise da relação custo/benefício entre os bens cedidos pelo Poder Público e as contraprestações oferecidas pelo beneficiário, sempre com vistas a razoabilidade e economicidade;

7 – A Administração Municipal de Campo Grande deve adotar as providências necessárias para que haja fiscalização efetiva quanto ao atendimento das obrigações legais e contratuais assumidas pelos beneficiários de quaisquer doações, permutas ou cessões de área pública de qualquer natureza.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento, se a presente RECOMENDAÇÃO será acolhida ou não, sob pena de, não adotando as providências, serem tomadas as medidas cabíveis.

Para melhor cumprimento e divulgação, fica determinada a remessa de cópias da presente recomendação, além da publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público:

Ao Presidente da Câmara Municipal de Campo Grande/MS, para ciência;

Ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, para ciência;

Ao Corregedor-Geral do Ministério Público, para ciência;

Ao Procurador-Geral do Município, para ciência;

Campo Grande/MS, 19 de janeiro de 2018.

HUMBERTO LAPA FERRI

31º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social de Campo Grande

⁷ A Administração pode fazer doações de bens móveis e imóveis desafetados do uso público, e comumente o faz para incentivar construções e atividades particulares de interesse coletivo. Essas doações podem ser com ou sem encargos e em qualquer caso dependem de lei autorizadora, que estabeleça as condições para sua efetivação, de **prévia avaliação** do bem a ser doado e de licitação.” (grifei) (Hely Lopes Meirelles, vejamos. Direito Administrativo Brasileiro, 35ª Edição, 2009, p. 544).

EDITAL Nº 001/2018

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, nº 232, Bairro Itanhangá Park, nesta Cidade.

Inquérito Civil SAJMP n. 06.2017.00001127-4

Requerente: Juízo da 1ª Vara de Execução Penal de Campo Grande/MS

Requerido: 50ª Promotoria de Justiça

Assunto: Apurar os fatos narrados, encaminhados pelo Ofício nº 0011959-64.2014.8.12.0002-0014/CPE/TJMS, oriundo do cartório da 1ª Vara de Execução Penal relativo ao sentenciado WELTON RODRIGUES DOS SANTOS, do Estabelecimento Penal Jair Ferreira de Carvalho - EPJFC.

Campo Grande, MS, 17 de Janeiro de 2018.

PAULA DA SILVA VOLPE

EDITAL Nº 002/2018

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, nº 232, Bairro Itanhangá Park, nesta Cidade.

Inquérito Civil SAJMP n. 06.2017.00001229-5

Requerente: Juízo da 1ª Vara de Execução Penal de Campo Grande/MS

Requerido: 50ª Promotoria de Justiça

Assunto: Apurar os supostos abusos de poder e autoritarismo cometidos pela diretora e as agentes do EPFRSAAA, bem como a situação quanto à entrada de alimentos e pertences na unidade.

Campo Grande, MS, 17 de Janeiro de 2018.

PAULA DA SILVA VOLPE

CORUMBÁ

EDITAL 0002/2018/05PJ/CBA

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2017.00000635-0, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS.

Inquérito Civil nº 06.2017.00000635-0

Requerente : Ministério Público Estadual

Requeridos: Empresa de Transporte Andorinha

Assunto: Apurar possíveis irregularidades praticadas pela Empresa Andorinha, consistente em: a) regularidade do cálculo do preço da passagem de Corumbá X Campo Grande; b) se a exploração do serviço constitui monopólio; c) se há ilegalidade no contrato que concedeu a exploração da linha de transporte coletivo intermunicipal de passageiros nº 059 Campo Grande - Corumbá, à Empresa Andorinha, pelo período de 04/02/1996 até 04/02/2006; e do Segundo Termo Aditivo (SEINFRA - processo 07/100618/99), que prorrogou a concessão por mais dez anos, findando em 03/02/2016, por ausência de prévia licitação.

Corumbá – MS, 18 de janeiro de 2018

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CAARAPÓ

EDITAL N.º 0001/2018/01PJ/CRP

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que ficará à disposição de eventuais interessados na Avenida Dom Pedro II, n.º 1730, Vila Planalto, em Caarapó/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000007-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Prefeita Municipal de Juti, Sra. Elizangela Martins Biazotti dos Santos.

Assunto: Acompanhar as providências adotadas pela Prefeitura Municipal de Juti em relação aos servidores públicos municipais Sueli Regina Lopes e Anderson Martins Biazotti.

Caarapó/MS, 15 de janeiro de 2018.

FERNANDA ROTTILI DIAS

Promotora de Justiça.

NOVA ANDRADINA

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS.

Inquérito Civil nº 06.2017.00001116-3.

Requerente: Ministério Público.

Requerido: A Apurar.

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na nomeação de servidor para o cargo de gestor de serviços organizacionais no Executivo de Nova Andradina/MS, no ano de 2016.

Nova Andradina, 16 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

DOIS IRMÃOS DO BURITI

EDITAL 0004/2018/PJ/DIB

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS, torna pública a instauração, do Inquérito Civil nº 06.2017.00002046-2, que se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763. Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002046-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Eduardo Cesar Budib

Assunto: SOS Rios Ficha 1166 Regularização Ambiental do Imóvel Urbano Sítio de Lazer Palmeiras Quadra 09 Área Institucional

Dois Irmãos do Buriti-MS, 19 de janeiro de 2018

ANTHONY ÁLISSON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça Substituto

ITAQUIRAÍ

EDITAL Nº 01/2018 PJ-ITQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaquiraí/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000103-6, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso, nº 350, bairro Centro- Edifício do Fórum, em Itaquiraí/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000103-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Proprietário do Brutus Show Bar

Assunto: Apurar denúncia de poluição sonora e perturbação da tranquilidade, supostamente provocadas pelo estabelecimento denominado Bruto Show Bar.

Itaquiraí, 17 de janeiro de 2018

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça Substituto

EDITAL Nº 02/2018 PJ-ITQ

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaquiraí/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000125-8, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso, nº 350, bairro Centro- Edifício do Fórum, em Itaquiraí/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000125-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaquiraí

Assunto: Acompanhar as vistorias realizadas pelo Detran/MS nos veículos de transporte escolar de Itaquiraí, assim como averiguar possíveis irregularidades quanto às normas de trânsito e transporte, especialmente em relação às condições de segurança, higiene e conforto para as crianças e adolescentes que dele se utilizam.

Itaquiraí, 17 de janeiro de 2018

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça Substituto